

Adylson Motta: “Aqui não existe empreguismo”

EM ENTREVISTA AO SINDILEGIS, PRESIDENTE DO TCU AFIRMA QUE QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DO TRIBUNAL É EXEMPLAR DENTRO DO SERVIÇO PÚBLICO

Verônica Macedo

Com praticamente 50 anos de atividade pública, o novo presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Adylson Motta, foi deputado federal, vice-presidente da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional, além de ter assumido diversos cargos no Rio Grande do Sul, estado onde nasceu. Em agosto de 2006 completará 70 anos e já se preocupa com a “obrigatoriedade” de ter que se aposentar. Nesta entrevista ele nos conta sua opinião sobre os servidores do órgão, terceirização no serviço público, medidas provisórias e o caso do senador Luiz Otávio, indicado para ser ministro do TCU, mas acusado de cometer irregularidades.

A HISTÓRIA DE VIDA DO SENHOR É MARCADA POR EXERCER CARGOS DE BASTANTE RESPONSABILIDADE DESDE MUITO CEDO. ENTRE ELES, ASSUMIU DIVERSAS FUNÇÕES NO RIO GRANDE DO SUL, FOI DEPUTADO FEDERAL E MINISTRO DO TCU. O SENHOR PRETENDE ENCERRAR SUA CARREIRA NA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL?

Pela atual legislação eu tenho a possibilidade de ficar mais um ano e meio no Tribunal, depois sou obrigado a sair pela compulsória. O cargo de presidente é válido por um ano com possibilidade de reeleição. Confesso que realmente não me conformo muito com essa obrigatoriedade de encerrar o meu ciclo de trabalho e já começo a me preocupar em ficar sem fazer nada, pois passei a vida inteira trabalhando e não tenho a menor idéia do que vai me acontecer se eu parar. Em alguns países não há limite de idade. Acredito que aqui deveriam fazer um exame médico para saber se a pessoa tem condições físicas e mentais para poder continuar.

QUAL A OPINIÃO DO SENHOR SOBRE OS SERVIDORES DO TRIBUNAL?

A experiência me mostrou que todos aqueles que eram admitidos num órgão por meio de concurso público, organizado em carreira, constituíam uma espécie de elite do serviço público. E aqui no Tribunal todos são admitidos através de concurso, são organizados por carreira. Aqui não existe apadrinhamento político, não existe nepotismo, empreguismo e isso transformou o quadro do Tribunal de Contas num quadro exemplar dentro do serviço público, reconhecido em todos os lugares, inclusive internacionalmente. Nós temos um intercâmbio com alguns países e aqueles que não têm o mesmo grau de desenvolvimento que o nosso têm procurado aprender com a gente. Já países de primeiro mundo como Inglaterra, Canadá e Estados Unidos, respeitam nossos funcionários.

COMO O TRIBUNAL PODE CONTRIBUIR PARA RESOLVER O PROBLEMA DE FRAUDES EM DETERMINADAS ÁREAS DO GOVERNO, COMO A PREVIDÊNCIA SOCIAL?

Primeiro detectar os setores do governo que são mais vulneráveis a fraudes e a atos de corrupção. Depois concentrar uma fiscalização em caráter permanente, se possível, através de parcerias com outros órgãos como é o caso da Procuradoria da República, da Polícia Federal, da Receita (Federal), do Controle Interno da União. Somando os nossos esforços com os órgãos que atuam nesse tipo de atividade, poderíamos, dentro do possível, manter uma colaboração para evitar as fraudes. E eu acho que o caso típico em que se poderia fazer isso é na Previdência Social, que é um desafio permanente. Inclusive, o presidente da DataPrev apoia essa idéia e até o ministro da Previdência também tem manifestado preocupações nesse sentido.

AO QUE TUDO INDICA A REFORMA POLÍTICA SERÁ UMA DAS PRIORIDADES DO CONGRESSO NESTE ANO. QUAL SERIAM OS PONTOS MAIS RELEVANTES NA SUA OPINIÃO?

Continuo defendendo a fidelidade partidária, inclusive, deixei (no Congresso) uma Emenda Constitucional nesse sentido. Na minha opinião deve haver primeiro uma reforma partidária. O partido tem que ser uma instituição séria, não um balcão de negócios. Mudou de partido, perde o mandato. Depois, uma reforma eleitoral, os critérios de seleção devem ser estabelecidos sob regras rígidas como por exemplo o tipo de financiamento de campanha. Se houver uma boa fiscalização, o financiamento público é o melhor caminho, o mais barato. Talvez adotar um critério de voto distrital e aí já é sobre minhas convicções pessoais, eu acredito no parlamentarismo.

O PT SEMPRE CRITICOU O USO EXCESSIVO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS E AGORA SEGUE O MESMO CAMINHO. NÃO É POSSÍVEL GOVERNAR SEM AS MP'S?

Há mecanismos de urgência que deveriam ser aprimorados para dar prioridade a algumas matérias, estabelecendo prazos para as que forem realmente urgentes. A medida provisória é um sucedâneo do decreto-lei que tinha um certo poder porque estabelecia limites em sua abrangência, já a MP não tem limite. O maior problema é o uso excessivo. Esse critério de relevância e urgência é muito subjetivo. Eu me recordo que já votaram uma medida provisória para comprar um carro para o vice-presidente da República (Itamar). Onde é que está a relevância e urgência nisso ?

O QUE O SENHOR PENSA SOBRE A TERCEIRIZAÇÃO DE FUNÇÕES NO SERVIÇO PÚBLICO?

Terceirização tem que ser disciplinada com rigor, não deve ser utilizada para atividades fins. Não vejo mal algum em se utilizar para serviços de limpeza, de segurança ou recepção. O problema é que hoje a coisa se generalizou de tal forma que virou uma espécie de burla à Constituição quando ela exige o concurso público. Outro problema, especificamente em relação à segurança, é que essas empresas não têm, a nível nacional, uma ficha policial do empregado. Eles verificam a situação da pessoa que querem contratar apenas junto a polícia local, ou seja, se for um criminoso em outro estado, mas tiver a ficha limpa em Brasília tudo bem. Tem que haver um cadastro policial unificado no Brasil, isso é primário.

SOBRE O REAJUSTE DE 15% PARA OS SERVIDORES, O TRIBUNAL TEM RECURSOS SUFICIENTES PARA PAGAR, INCLUSIVE, OS VALORES RETROATIVOS A NOVEMBRO?

Há previsão orçamentária para esse fim aqui no Tribunal, acredito até que retroativo a novembro. Penso que em relação à aprovação do projeto pelo Congresso Nacional não haverá problema, pois o reajuste já havia sido concedido, o que ocorreu é que foi por mecanismos errados, tinha que ser por projetos de lei.

O SENHOR NEGARIA A POSSE DO SENADOR LUIZ OTÁVIO SE O CONGRESSO APROVASSE, MESMO SEM TEREM SIDO APURADAS AS DENÚNCIAS DE IRREGULARIDADES QUE PESAM CONTRA ELE?

O Supremo Tribunal Federal não aceita algo que não tenha algum fundamento, não é um órgão irresponsável, e ele aceitou uma denúncia contra o senador. Apesar de ele ainda não ter ido a julgamento, ha indícios fortes de irregularidades que, a meu ver, quebram a idoneidade ilibada, como exige a Constituição. Contra ele ainda pesam uma representação que foi feita aqui no Tribunal e as próprias declarações dele na Comissão de Ética do Senado, em que ele confessa as acusações. Então, eu, evidentemente, irei proceder um profundo exame no aspecto jurídico, e se ferir a Constituição, com a absoluta certeza, vou ficar com a Constituição.

(Legis - Março 2005)

